

CAPÍTULO 2

QUESTÃO SOCIAL : UMA QUESTÃO TRAVESTIDA - COMPONENTES E MANIFESTAÇÕES

Desnudar contradições é optar por um caminho penoso. Isto é o que sente quem pretende tratar da Questão Social, na realidade atual, em suas diferentes faces; sedutoras a alguns, assustadoras à maioria. Dizer em que consiste e denunciar isto, é explicitar a Questão Social, entendendo que esta se situa na contradição do próprio capital, ou dito de forma mais explícita, a Questão Social é uma forma de expor a referida contradição.

Faz parte da explicitação esclarecer o aspecto contraditório do sistema de acumulação que atualmente apresenta sua face mais perversa na reestruturação produtiva sob a dominância do capital financeiro. Denunciar sua exigência de cada vez mais liberdade para o mercado e de sempre maior controle sobre o atendimento da proteção social e as seqüelas para o setor Trabalho, faz parte dessa explicitação.

Há momentos históricos em que a Questão Social se manifesta de uma forma mais oprimente. Houve um deles em que o Trabalho, na expressão dos sindicatos, partidos socialistas e social-democratas, conseguiu expressar para o Capital a situação de miserabilidade, exigindo um atendimento dela, que resultou num contrato social, período em que parecia ter-se estabelecido um grande consenso.

A situação parece, efetivamente, ter ocorrido no período compreendido desde a segunda metade do século XIX, na expressão do Estado Social, estendendo-se de forma geral até os anos setenta do século XX, passando pelo Welfare State. É quando, conforme já se registrou, (SCHONS, 1999, p.157), a partir de MANDEL que "a economia capitalista internacional conheceu sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, a única a golpear todas as grandes potências imperialistas" (1990, p.9). Ou ainda, é o fim da "longa onda expansiva do Capital", conforme o mesmo MANDEL (in SCHONS, 1999, p.158). O sinal é dado pela Sra. Thatcher e o Sr. Reagan, como representantes do grande capital, pelo tratamento com que brindaram o movimento sindical, tanto em sua ofensiva política, quanto econômica .

Desde aí, em especial nas últimas décadas do século XX, iniciou-se o período da globalização com a dominância do capital financeiro e a afirmação de idéias neoliberais, momento em que se observa clara negação do contrato social instituído, rompendo-se o "compromisso" antes estabelecido. E a contradição entre Capital e

Trabalho fica, novamente, mais exposta, revelando-lhes as seqüelas na manifestação da pobreza e destruição do meio ambiente, no início do século XXI.

Explicitar em que consiste a nova expressão do capital na reestruturação produtiva, mostrar quais as conseqüências e, sobretudo, apontar de onde vêm e de quem são as vozes ou as formas que as denunciam, exigindo atendimento, é a manifestação da Questão Social, hoje.

Dizer o que é a Questão Social hoje, quais seus componentes e como se manifesta, apontando as seqüelas e desdobramentos para o trabalho é o que se propõe neste segundo capítulo.

A explicitação da Questão Social, hoje, é tarefa que cabe ao conjunto da sociedade que demanda atendimento mais igualitário pela afirmação dos Direitos Sociais para o Trabalho, cabendo especialmente aos que operam no social, ou seja, aos que se apercebem diariamente do crescente esgarçamento do tecido social, dada a precariedade das relações sociais. É aí que se inclui o "Serviço Social" que parece ter uma justificativa a mais para somar-se à referida tarefa. Isto porque a Questão Social é afirmada e reconhecida como o "fundamento básico da sua existência", (a saber, do Serviço Social) como o expressam as diretrizes curriculares deste curso", conforme se encontra no editorial da revista "**Ser Social**", dedicando um número inteiro à temática da "Questão Social e Serviço Social"(2000, p.6) É ainda tema do **VII ENPESS**, ocorrido em novembro de 2000, cujo conteúdo ocupa o terceiro volume da revista "**Temporalis**", em cujo editorial assim se lê: "a oportunidade dessa publicação nesse momento específico está em sua temática - Questão Social e Serviço Social - é um dos eixos fundantes do novo currículo e da concepção do exercício profissional que ele expressa" (2001, p. 5).

No diálogo com os diversos autores, não só brasileiros, nem só do Serviço Social, e sob enfoques variados, pretende-se conjugar esforços para maior aproximação da compreensão da mesma. E isto é tanto mais importante porque "é fato que a expressão 'questão social' não é semanticamente unívoca. Ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas", afirma José Paulo NETTO, concluindo o que para nós significa uma convocação, que "qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado - muito particularmente porque oferece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada" (2001, p. 41).

2.1. QUESTÃO SOCIAL: DECIFRA-ME...

A expressão

"Questão Social' foi criada no fim do século XIX, referindo-se inicialmente às disfunções da sociedade industrial emergente. Os dividendos do crescimento e as conquistas das lutas sociais tinham permitido transformar profundamente a condição do proletário daquela época. O desenvolvimento do Estado Providência quase chegou a vencer a antiga insegurança social e a eliminar o medo do futuro. Ao fim dos 'Trente Glorieuses', terminada a década de 1970, a utopia de uma sociedade livre das necessidades, de um indivíduo protegido contra os principais riscos da existência, parecia estar ao alcance" (ROSANVALLON, 1998 p. 23)

É assim que ROSANVALLON inicia a introdução de seu livro, que tem como objetivo estudar as manifestações e a forma de resolver a "Nova Questão Social", uma vez que, segundo o autor, "os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias de exploração do homem" (1998, p.23), justificando assim o que ele denomina de uma "nova" Questão Social.

Refere-se à leitura que concebe a Questão Social como uma disfunção pontual do sistema, devendo, receber atendimentos conforme ela se apresenta. Conclui, ainda, ROSANVALLON que a leitura de "sua manifestação" é muito elucidativa, assim como muitos de seus encaminhamentos. Porém, não se coloca que é o próprio sistema que recria tais "disfunções".

Para CASTEL

a " 'questão social' é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma

nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência" (1998, p. 30).

Já considera que existe um conflito, uma contradição, mas não a aponta. "A sociedade experimenta um enigma... é um desafio que interroga... ". Por isso muitas de suas construções são úteis já que apresentam uma busca manifesta para desvendar "o enigma", trabalhando basicamente nas suas manifestações. Para o autor "essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos de 1830. Foi, então, suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. É a questão do pauperismo" (1998, p.30), já situando que a Questão Social é ligada à revolução industrial e ao pauperismo. Não ao pauperismo em geral, mas àquele resultante da revolução industrial - aquele que se afirma como resultante das contradições do próprio capital. Segue CASTEL, " Momento essencial aquele em que apareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos; e uma ordem econômica que acarreta miséria e desmoralização de massa. Difunde-se então a convicção de que aí há de fato 'uma ameaça à ordem política e moral', ou, mais energicamente ainda: 'é preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo'. Entenda-se isso como o fato de que a sociedade liberal corre o risco de explodir devido às novas tensões sociais que são a consequência de uma industrialização selvagem".(1998, p.30). Estão dadas algumas das razões, para que se entrasse num período sensível para um "consenso". Em seu "**As metamorfoses da questão social**", CASTEL nos revela que é a "partir de sua pesquisa" e da análise que propõe sobre a situação dos vagabundos - porque entende serem eles os supérfluos de hoje -, que a "questão

social se põe explicitamente às margens da vida social, mas 'questiona' o conjunto da sociedade". Aqui se percebe que se refere à Questão Social, o que se afigura como sendo elementos da sua manifestação.(1998, p. 34). Ele entende como "nova" a problemática posta para hoje, "mas não outra problematização", e afirma haver "uma profunda 'metamorfose' relativa à questão anterior que era saber como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno". Enquanto que a "questão, agora, sobretudo", - referindo-se aos "supranumerários, aos "supérfluos"-, "é amenizar essa presença, torná-la discreta a ponto de apagá-la(esse é , como se verá, todo o esforço dos políticos de inserção em pensar no espaço de um refluxo das políticas de integração)" (CASTEL, 1998, p. 33). A " volta histórica proposta mostrará que o que se cristaliza na periferia da estrutura social - sobre os vagabundos antes da revolução industrial, sobre os 'miseráveis' do século XIX, sobre os 'excluídos' de hoje - inscreve-se numa dinâmica social global" (1998, p. 33).

É CASTEL quem usa a imagem do "efeito bumerangue' para dizer que "problemas suscitados pelas populações que fracassaram nas fronteiras de uma formação social retornam para o seu centro". E registra: "os poderosos e os estáveis não estão colados num Olimpo de onde possam contemplar "impavidamente a miséria do mundo "(1998, p. 34). Por isso entende que "integrados, vulneráveis e desfilados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática"(1998, p.34), e coloca o questionamento no seguinte ponto: "a redefinição da eficácia econômica e da competência social deve ser paga ao preço de se pôr fora-do-jogo de 10,20,30% ou mais da população. Será possível ainda falar em pertencimento a um mesmo conjunto social?". Segue seu questionamento e agora num ponto sensível, ao menos no horizonte ideológico do sistema, "qual é o

limiar de tolerância de uma sociedade democrática para o que chamar-se-á, ao invés de exclusão, de invalidação social? Tal é, a nova questão social", afirma CASTEL (1998, p.34).. O que é, enfim, "possível fazer para **recolocar** no jogo social essas populações invalidadas pela **conjuntura** e para acabar com a hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangüe todo o corpo social" (1998, p.34, grifo nosso) são questões que CASTEL se coloca, como questões que necessitam de maiores problematizações, até porque entende-se que a "invalidação", usando o termo do próprio CASTEL, não se dá conjunturalmente, estando sim, na raiz do próprio sistema capitalista, como se verá mais adiante.

É o próprio sistema do Capital que, ao se reproduzir, ao mesmo tempo em que acumula mais capital, se encarrega de produzir pobreza e exclusão. Há momentos, no entanto, por força da expressão política do Trabalho, em que a apropriação desigual recebe tratamento tal que encobre a referida contradição, que volta a aflorar em outros momentos conjunturais, quando a própria contradição torna a ficar exposta. É aí que se procura avançar para compreender a Questão Social, seus componentes e suas variantes colocadas nas manifestações, neste final de século. ¹

¹ Queremos registrar que tanto ROSANVALLON, quanto CASTEL, que embora não se configurem como nossos interlocutores preferenciais, com eles iremos estabelecer algum diálogo, sobretudo no aspecto em que nos situam de uma forma bastante generosa quanto aos dados e encaminhamentos que nos apresentam no contexto da manifestação da Questão Social.

2.1.1. QUESTÃO SOCIAL E O COMPONENTE DA POBREZA: UM TEMA QUE SE RENOVA

Em diferentes momentos da humanidade, ainda que em situações e níveis diferentes, a pobreza tem ocupado muito espaço, obviamente de compreensão e tratamentos muito diferentes. Nos dois grandes eventos mundiais do início de 2002: "Fórum Social Mundial", em Porto Alegre, e "Fórum Econômico", em Nova York, a pobreza foi tema em ambos.²

Para quem vive as agruras da pobreza no imediato e no cotidiano, é seguramente, o mais privado da consciência do fato. Com certeza, caso tivesse consciência do problema, reagiria na forma e no tempo em que poderia apressar a superação daquilo que a constitui, talvez não do cotidiano imediato, mas da situação que está no seu início gerador. Porém, é o próprio imediato que, talvez, o impeça de fazer a travessia.

É neste sentido que se sente estímulo para buscar e aprofundar algumas explicitações sobre a pobreza, já postas por outros, na crença de compreender algo da temática que se entende estar na raiz mesma da Questão Social tal qual hoje se coloca. Isto na tentativa de auxiliar na construção de algumas mediações - não só para compreender a própria pobreza -, mas quiçá um dia, talvez, não tão próximo -, possa raiar na história um tempo em que os homens já não mais nasçam condenados à pobreza pela forma da organização do próprio trabalho. E, em vez de

² A pobreza foi tema de ambos : Fórum Social Mundial, de Porto Alegre e Fórum Econômico em Nova York, - "Combate à pobreza prioritário para o pessoal de Porto Alegre se tornou um dos dois assuntos dominantes em Nova York", nos informa a imprensa que cobriu os eventos (Enviado especial de Nova York, J. Folha de SP., 5 fev. p. A6-A7, 2002).

contribuir para a produção de mais pobreza, sejam homens, que pelo trabalho possam construir mais vida para um número maior de pessoas.

É essa motivação que toma conta de nós para entender o conceito marxista de que **"o trabalhador livre contém já implícito que o mesmo é um pobre virtual"**.

Com o advento de um novo estado salarial a partir da contratualização das relações de trabalho, contexto em que, CASTEL informa, "as transformações ocorridas no final do século XVIII, **liberaram o acesso ao trabalho**, mas não fizeram nada, ou muito pouco, pela promoção da condição salarial". E "o que foi proposto quando da queda do Antigo Regime como resposta moderna à Questão Social não vai, pois, poder instituir-se enquanto tal", uma vez que **"o princípio do livre acesso ao trabalho abre uma era de turbulências e de conflitos"**.

Enquanto a Questão Social, mesmo "reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento econômico. Entregue a si mesmo, o processo de industrialização engendra um monstro - **o pauperismo**" (CASTEL, 1998, p. 277, grifo nosso).

É por isso que se acredita ser necessário compreender o que significa e como surge e em que condições se dá o processo que leva, o trabalhador livre a ser um "*pauper*", um pobre virtual, por um lado, e, como, também por outro, o mesmo processo leva o homem trabalhador a ser o agente da Questão Social.

Diferentes pobres são identificados em todos os tempos: há os "pobres válidos, os "pobres envergonhados", os "falsos pobres". Já, São Tomás de Aquino, lembra o pobre como "os mercenários que alugam seu trabalho são pobres, pois esperam da lida o pão cotidiano". Igualmente, um contemporâneo de São Tomás identifica a existência de uma categoria de "pobres que compram sua subsistência cotidiana com o trabalho de suas mãos sem que nada lhes reste

depois que comeram" (CASTEL, 1998, p.104). Acrescenta CASTEL que, "enquanto permanecem integrados, territorializados, são 'simplesmente' pobres. Estão em seu lugar e fazem parte da ordem do mundo; **ainda não suscitam uma questão social**" (1998, p.105, grifo nosso). Diferente do pobre do início do século XIX, em que "pela primeira vez, a Questão Social aparece explicitamente sob a forma da questão pauperismo. A expressão é evocada somente então, pois o que será chamado de pauperismo será produzido pela liberalização selvagem de um mercado de trabalho, ao passo que aqui, ao contrário, é a ausência de tal mercado que cria problema"(1998, p.105). É neste estágio que estamos no que se convencionou chamar de indigência. E não se trata de qualquer indigência, segundo nosso autor "existe uma indigência que não é devida à ausência de trabalho, mas, sim, à nova organização do trabalho, isto é, ao trabalho 'liberado'. É a filha da industrialização"(CASTEL, 1998, p.284).

Antes ainda de situar o pauperismo, um dos componentes da manifestação da questão social, CASTEL traz uma longa descrição da existência da situação da "vagabundagem", que, segundo o autor, "é, de fato, um modo pelo qual se **expressa e se oculta ao mesmo tempo** a Questão Social na sociedade pré-industrial". Entende assim "porque a desloca para a margem externa da sociedade até fazer dela quase uma questão de polícia"(1998, p.142). Deveras, o "vagabundo" é um "desterritorializado", é o "desfilhado por excelência, aquele que, não tendo nenhum 'estado', não usufrui de nenhuma proteção". É a "ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos e o fato de ser 'sem fé nem lei', isto é, sem pertencimento comunitário é um sem lugar nenhum"(1998, p. 120). O "banimento" é a medida mais primitiva contra ele. Ainda que o banimento possa significar a morte social, não o entendem como solução. "O banimento representa

uma escapatória, graças à qual a comunidade se desembaraça de uma questão insolúvel, para colocá-lo em outro lugar". Ele poderia, mesmo, ser submetido "à execução da pena capital", ser caçado e morto, como solução definitiva para o vagabundo. A condenação desse parasita "à morte representa a verdadeira solução final para a questão da vagabundagem. Foi efetivamente aplicada aos vagabundos" (CASTEL, 1998, p.123).³ E por assim dizer, há medidas para distinguir "o 'perfeito' vagabundo, adepto inveterado de uma vida ociosa, daquilo que hoje chamaríamos de situação de desemprego involuntário, ou de busca de trabalho entre duas ocupações. Mas a questão da impossibilidade de arranjar um emprego, que isentaria o vagabundo do crime de ser ocioso voluntário, não se resolve, evidentemente, com o acréscimo de um codicilo" (1998, p.121). Está se questionando, aqui, a questão do vagabundo, por ser ela a categoria que o autor traz para hoje, conforme já se assinalou, como sendo o desempregado, ou "desfiliado", segundo prefere o autor, ao mesmo tempo em que ele é fator de "ocultamento da questão social", mas que "também permite reformulá-la", se acompanhada desde a origem, "a linha de ruptura que esta revela". Ou seja "o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga a que se interrogue sobre o que, em seu centro, impulsiona essa dinâmica", (a da expulsão), e segue, que "é essa relação encoberta do centro com a periferia que se deve agora tentar fazer aparecer". E conclui: "a lição poderá valer também para os dias de hoje: o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos". (1998, p.143). Com tal tomada de posição, já nos indica por onde irá sua reflexão sobre a questão social hoje, ou seja,

³ Ainda sobre os vagabundos, CASTEL nos informa: "O Conselho do Rei nomeia funcionários especializados encarregados de caçar vagabundos e que dispõem dos direitos de mandar enforcá-los" (1998, p. 124).

esta pode surgir ainda dos que estariam à margem, mesmo excluídos, que têm efeito sobre o centro, sobre o conjunto, sobre o todo.

A constatação de que "essa indigência que 'sob o nome novo e tristemente enérgico de pauperismo invade classes inteiras da população" e "tende aumentar progressivamente em razão mesmo da produção industrial, não é mais um acidente mas, sim, a condição forçada de uma grande parte dos membros da sociedade" (CASTEL,1998, p.284). Num primeiro momento uma longa discussão em torno do atendimento desse pobre, travou-se passando pelas várias formas de tutela, até mesmo pela proteção patronal, porque se entendia que o pauperismo seria uma ameaça à ordem política e social.

Entram em cena os reformadores sociais que propõem a "reabilitação das classes trabalhadoras 'gangrenadas' pela chaga do pauperismo"(1998, p.317) Sempre fiéis às idéias liberais do período, tratam-se de "uma política sem Estado", até que "evidentemente", registra o autor, "nos anos 1830 e 1840, a questão também começa a ser suscitada, e de maneira totalmente diferente, por socialistas e operários que pregam uma organização alternativa do trabalho, a associação dos produtores e a abolição da condição de assalariado" (1998, p.318). E, aqui, caberia o registro da formação da classe operária "de classe em si à classe para si" até a formação do Estado Social , que a partir desse momento, se vê como que "**autorizado**", mais pelos social-democratas de turno, e **exigido**, pelas organizações dos trabalhadores a fim de dar cobertura à proteção social.⁴

⁴ Sobre "Formação do Estado Social e afirmação dos Direitos Sociais" é possível consultar , SCHONS, S.M. **Assistência Social entre a ordem e "des-ordem"** . SP,: Cortez, 1999 - capítulo 3 .

Que a Questão Social é uma questão ligada ao pauperismo, pode-se encontrar nos mais expressivos trabalhos sobre a temática, como os do próprio CASTEL, conforme já se pôde observar em outros, e conforme será visto ainda.

É, porém, imperioso que se registre não ser toda a forma de pobreza, mas aquela situada na contradição Capital/Trabalho, uma vez que já é reconhecido que ela acompanhou justamente os lugares do desenvolvimento do Capital. "Na situação atual, infelizmente, é demasiado verdadeiro que a miséria acompanhou exatamente os diferentes povos em civilização e em riqueza"(CASTEL,1998, p. 283). No entanto, registre-se: ela se torna uma Questão Social quando se toma consciência disso. "E foram as necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerada natural, em explosiva **questão social**" nos ensina (PEREIRA, 2001, p. 59).

Na Questão Social não se trata só do pauperismo mas do **embate político que o pauperismo desencadeia**. É o que se vê sustentado de forma muito ilustrativa no que segue: "De fato, a primeira metade do século XIX é marcada pela tomada de consciência de uma forma de miséria que parece acompanhar o desenvolvimento da riqueza e o progresso da civilização". E mais: " A questão social surge como uma nova despesa porque os 'novos pobres' agora estão plantados no coração da sociedade, formam a ponta de lança de seu aparelho produtivo. Será que uma sociedade pode ficar indiferente ao risco de sua fragmentação".(CASTEL, 1998, p. 282). Vêm-se aqui justificados os vários "compromissos" em torno do atendimento e da proteção social havidos, seja na formação do Estado Social, após a revolução industrial, mesmo no coração da afirmação liberal, seja um novo compromisso, já em pleno século XX, em torno do Welfare State, que de certa forma

e de vários modos, sofreu erosão com a reestruturação produtiva, e que no momento atual, não se tem dúvidas de que a sociedade se encontra num novo impasse: o que fazer com tantos pobres? não que se esteja preocupada com eles, porque ainda não incomodam o suficiente, entretanto podem vir a fazê-lo muito mais, não pela imagem que apresentam, mas pelos focos de moléstias que podem representar... Não obstante, o perigo maior, e é esse o cerne mesmo da Questão Social: ao acordarem, tomarem consciência, organizarem-se e exigirem outra sorte para eles e para os filhos.

Precípua é a necessidade de estar situando a problemática toda de modo mais próximo no tempo, ou seja, a questão social hoje, mais próxima da realidade atual. Pretende-se ainda compreendê-la na realidade brasileira, para depois, num último capítulo, situá-la como expressão no espaço local, na realidade do município. Pretende-se, desde já, visitar interlocutores mais próximos, que tratem da questão.

Para júbilo, certamente, de todos que se filiam à ações para que uma nova ordem mais justa e igualitária seja possível, encontram-se lúcidos e corajosos autores muito próximos, e que se tem o prazer de apresentar, ou reapresentar, à medida que se teve oportunidade de visitar-lhes as obras, que abordam serenamente as aludidas questões. Um deles, sem dúvida, junto com Marilda IAMAMOTO (2001a e 2001b),⁵ - mesmo contra "ventos e marés", que ele mesmo reconhece -, é José Paulo NETTO. Situam eles a Questão Social na contradição Capital/Trabalho, quando "pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir

⁵ Marilda IAMAMOTO com Raul de CARVALHO, já em 1982 1ª edição, nesta mesma linha de reflexão, nos apresentam um estudo onde definem " *A questão social* não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida

riquezas", a partir de uma leitura da "*tradição marxista*" (NETTO, 2001, p. 42) e no "marco da teoria social crítica", na expressão de IAMAMOTO (2001 a, p. 11). É NETTO quem nos afirma que é "somente com o esclarecimento rigoroso do 'processo de produção de capital'..." que se pôde "esclarecer com precisão a dinâmica da 'questão social', consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo" (2001, p. 45).^{*} A justificativa é a de que quando se trata da Questão Social, trata-se de uma "dinâmica" e, portanto, é necessário que seja lida e compreendida nos diferentes momentos do próprio capital, e que, por conseguinte, também para o autor não se trata de uma "nova" questão social, pois: "O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a 'Questão Social' - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da 'questão social'; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A 'Questão Social' é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. **Não se suprime a primeira conservando-se o segundo**" (2001, p. 45).

Na mesma posição, o autor se torna enfático quando apresenta que "da análise marxiana o que **legitimamente fica interdito** é, tão somente, **qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo**" (2001, p.45-46).

Ele situa a Questão Social hoje, incitando a uma reflexão que no mínimo é reveladora para o atual momento, quando uma vasta literatura infere que já não existe exploração do trabalho, uma vez que expressivas parcelas já não lhe têm acesso, sendo que por isso já não estariam sujeitas à exploração.

social, da contradição entre o proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão" (1983, p. 77).

Feito este parêntese, volta-se à reflexão do autor que convida, sempre a partir da análise marxiana - fundada no caráter explorador do regime do capital -, a distinguir a "questão social" das "expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam à ordem burguesa", porque, segundo o autor, "a exploração não é um traço distintivo do regime do Capital". E ele segue afirmativo: "o que é distintivo do regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornou, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social", ou seja, sempre na tentativa de ser mais explícito, diz o autor: que a "supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas" (NETTO, 2001, p. 46). E volta a lembrar que a escassez antecessora à ordem burguesa, de certa forma "legitimava as desigualdades", justificando que com o "baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas", não se podia suprimir a escassez. Já na ordem burguesa constituída, as desigualdades "decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)". E, de forma muito clara, afirma: "a 'questão social', nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital" (2001, p. 46). É esta perspectiva de leitura da Questão Social que leva a comungar com a perspectiva de que reformas no interior

* Sempre a partir da leitura de Marx, ver notas 10,11,12,13,14, em NETTO(2001, p. 45).

do capitalismo não acabam com as desigualdades, porque está nele intrinsecamente a lógica de constantemente recriá-las.

É ainda, tentando avançar na compreensão do desenvolvimento contraditório das forças produtivas que estão na raiz mesma da questão social, expressa no pauperismo analisado por IAMAMOTO que se encontra uma reflexão fundamental a trazer alguns elementos e/ou pressupostos, partindo das leituras no "marco da teoria social crítica". "Em síntese", diz ela: "o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital", expressando a lei geral da acumulação capitalista". Continua IAMAMOTO: "esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva". No entanto, e sempre a partir da leitura de Marx (1985, p. 209), "a lei da acumulação se expressa, na órbita capitalista, **às avessas**: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista"(2001 a , p. 15-16). Esta é a concepção de IAMAMOTO em contraposição a uma leitura de "perspectiva sociológica", que trata "a questão social produzida e reproduzida amplamente" enquanto "'disfunção' ou 'ameaça' à ordem social e à coesão social" . É, também, nesta perspectiva que estaria sendo apresentada como "uma **'nova questão social'**, resultante da 'inadaptação dos antigos métodos de gestão social', produto da crise do 'Estado Providência'" (IAMAMOTO,2001 a , p. 10). Está justificado o porquê ela é adepta dos que a refutam como "nova" a questão social que se apresenta hoje. Ou de

modo mais explícito: "presencia-se hoje uma renovação da velha questão social"(2001,a, p.18).

Tentando avançar na compreensão contraditória do sistema que, ao mesmo tempo em que acumula riqueza gera pobreza ⁶, parte-se pois do "pressuposto de que a existência do capital é o **trabalhador livre**", conforme acrescenta IAMAMOTO a partir de Marx (1980 a t. 2 p. 110), bem como, "à separação do **indivíduo** com relação às condições de seu trabalho"(2001 b, p. 67).É de rigor realçar ainda que "o processo capitalista de produção supõe a existência do trabalhador inteiramente despossuído dos meios de vida necessários à sua reprodução e de sua família. Liberto, ainda, de outros laços de dependência pessoal, que não a mera dependência econômica" (IAMAMOTO, 2001 b, p. 67), ⁷ o fato fez com que a força de trabalho, que não tem como controlar a própria quantidade de oferta - de maneira estratégica -(para quando houvesse mais procura) " e ao mesmo tempo se vê alijada de outras formas de sobrevivência..." (in SCHONS, 1999, p. 85). O homem trabalhador na condição de "livre proprietário de si mesmo, e, portanto de sua força de trabalho, vê-se constringido, para sobreviver, a vender por um determinado período de tempo aos proprietários dos meios e condições de trabalho, a **sua própria energia vital**, sua capacidade de trabalho inscrita em sua corporalidade

⁶ Da lei geral de acumulação em MARX: "Esta lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num pólo é pois, simultaneamente, a cumulação de miséria, sofrimento, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, isto é, no lado em que se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital"1986, p. 805).

⁷ Lembrando que a Revolução Agrícola antecedeu à Revolução Industrial e que segundo POLANYI "o mercado de trabalho foi o último dos mercados a ser organizado sob o novo sistema industrial(1980, p. 102). Pode-se ver isto em Marx mesmo. "O modo capitalista de produção pressupõe, em geral, que exproprie aos trabalhadores das condições de trabalho, assim pressupõe, na agricultura, que aos trabalhadores rurais se lhes exproprie da terra e os subordine a um capitalista que explora a agricultura com vista ao lucro"(1986, p. 972. Isto se dá com a Lei do " Cercamento" das Terras, pela qual, na análise de THOMPSON se regulamenta o acesso às terras comunais, na Inglaterra, "momento em que as terras passam a se concentrar em poder de muito poucos.... e assim, 'de uma vila a outra o cercamento avançava destruindo a **economia de subsistência dos pobres** que já era precária "(in SCHONS, 1999, p. 87).No Brasil isto acontece em 18 de setembro 1850, com a Lei 601,

física e mental". E como quem descreve um encadeamento, porque é parte da mesma lógica, IAMAMOTO continua dizendo que "a venda desta mercadoria é a contrapartida necessária para a obtenção do equivalente em dinheiro à sua subsistência e educação, além da reprodução da família, fonte de oferta permanente de força de trabalho necessária à continuidade do movimento de reprodução capitalista" (2001 b, p. 67). Portanto, o capital é responsável, por toda a cadeia de reprodução da força de trabalho, o qual, em definitivo, foge de seu controle uma vez que a "venda de seu produto" sempre depende de quem queira adquiri-lo. E é esta "condição histórica" - a forma de organização social de produção - que "torna o indivíduo que trabalha um **pobre virtual**", um pobre potencial. (2001b, p. 67) .⁸ A autora acrescenta, a partir do texto "A Questão Social no Capitalismo" (2001 a), que o pobre é "pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho, ... e como capacidade de trabalho é mera potência", ficando o indivíduo na dependência de quem possa demandá-lo. Mas há um agravante só o proprietário do capital, pode realizar a sua (a do pobre) capacidade de trabalho, encontrando para ele lugar no mercado de trabalho(2001 a, p. 16). Logo, "a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias", cujo controle seguramente não pertence ao trabalhador. A condição de pobre, segundo a autora, só "tende a se ampliar para parcelas cada vez maiores da população, dada a tendência do capital de reduzir o trabalho necessário como condição de ampliar o

conhecida como Lei das Terras Devolutas, conforme BORGES, 1984 e FAORO, 1987, (in SCHONS, 1999, p. 87-88).

⁸ O homem "com respeito às condições econômicas é mera capacidade de trabalho e por isto, dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretrabalho do indivíduo ele não pode realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio

trabalho excedente, fazendo crescer conseqüentemente a população sobrando para as necessidades médias da produção capitalista"(2001 b, p. 67-68).⁹

Uma questão, extremamente exposta, neste final de século quando a partir da reestruturação produtiva, **o desemprego e o trabalho precário se intensificam**, é denominada por autores de "**nova pobreza**". Alguns entendem que se possa falar de "novas formas de pobreza", (PEREIRA,1999, p.56). Entretanto, tanto a Questão Social quanto a pobreza não são novas neste início de século. É a mesma Questão Social e é a mesma pobreza que se manifestam de novas formas nesta conjuntura de reestruturação do capital. Nas novas manifestações, entende-se, sim, haver novos sujeitos - já não a classe operária, que está ensaiando vozes e ações para dar visibilidade política à situação criada.

Importante, que se ressalte, a partir dessas reflexões, que a "pobreza não é apenas compreendida como resultado da **distribuição de renda**, mas é referida à própria **produção** (...), atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, (...) processo que se **radicaliza**" com o desmonte " das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, distribuindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos seguimentos sociais, transferindo-os à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda"(IAMAMOTTO, 2001 a, p. 16). Aliás, "chamamentos à filantropia do capital e ao trabalho voluntário" passam a ser as "tônicas resposta à questão social da atualidade" (2001, a, p.16), o que já foi explicitado por Marx (1980), com o trabalhador, dotado de capacidade virtual,

do intercâmbio mercantil, os obterá por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes". (MARX, 1980 in IAMAMOTO, 2001 a, p 16).

⁹ "O pauperismo, como resultado do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, é uma especificidade da produção fundada no capital"(MARX, 1980 a, t 2, p 110, in IAMAMOTO, 2001 a p. 16 e 2001 b, p. 68).

portanto um pobre em potência, caso não consiga realizar sua capacidade de trabalho para "produzir seus meios de subsistência" e "obtê-los por meio do intercâmbio mercantil" que o leva a "ser um necessitado em todos os sentidos...", ele tem a chance de obtê-los "por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes" (in IAMAMOTTO, 2001, a, p.16).

Logo "a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem ela sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho...", sob uma série de condicionantes para realizá-lo. (2001 a, p.16-17). E numa síntese, IAMAMOTO afirma "é fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, e exigindo-lhe o reconhecimento como classe pelo bloco de poder, e, em especial pelo Estado" (2001 a, p.17). A "relação privada" entre capital/trabalho passa a domínio público, a partir do elemento político "lutas sociais", confirmando assim que além do elemento sócio-econômico, o aspecto político se revela como um componente definidor da Questão Social.

2.1.2. QUESTÃO SOCIAL E O COMPONENTE DA DENÚCIA:

UM TEMA QUE SE POLITIZA

A Questão Social, ligada ao pauperismo, - já se pôde auferi-lo -, é tratada não como qualquer pobreza, senão como uma pobreza situada na contradição Capital/Trabalho. Há outro elemento tão decisivo para a manifestação da Questão Social quanto a pobreza que é o do "embate político": o de inscrever a situação que o pauperismo desencadeia no cenário político para exigir atendimento desta mesma questão.

Encontra-se, na lúcida reflexão da professora Potyara PEREIRA que, enquanto se questiona se de fato, tem-se uma **Questão Social hoje**, ela nos leva por um caminho, de forma muito didática, apontando os elementos necessários e suas posições na sociedade para que se tenha uma Questão Social. Ela afirma que, hoje, estar-se-ia, sim, diante de "uma incômoda e complicada 'questão social' **latente**, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças sociais progressistas". É detectada entre nós, -"fraca articulação de atores políticos estratégicos, - falta de forças sociais com efetivo poder de pressão", apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade são evidentes, "ainda não foi possível articular um "*ethos*" unificado, a partir do qual atores sociais estratégicos possam efetivamente se posicionar e impor os interesses das classes subalternas", afirma PEREIRA (2001, p. 52-53). "Considero, sim, que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da questão social - são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda

não foram suficientemente **politizados**" (PEREIRA, 2001, p. 54, grifo nosso). Disso se conclui, diz a professora, que "a **questão social** não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção - que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais - mas, de **embate político**, determinado por essas contradições" (2001, p. 54). É este o elemento que necessita de maior aprofundamento ou, no mínimo, ser mais exposto como um componente da Questão Social. Como é um elemento político, e a política em nosso meio goza de pouco prestígio, é um tema que precisa ser reconstruído em novas bases, bem como revitalizadas suas expressões.

É um elemento também embutido na reflexão importante que Wanderley faz sobre a Questão Social no contexto da globalização a partir da realidade latino-americana e que se propõe retomar, quando debruçados sobre a realidade brasileira, a partir de FLEURY (1994), de OSLACK e O'DONNELL(1976). "A emergência de uma questão pressupõe, assim, uma correlação de forças, a criação de um tecido social em torno de uma problemática, com capacidade de inseri-la no debate político" (1976, p. 20). Segue-se com FLEURY: "é a construção de uma contra-hegemonia, de uma cultura no sentido gramsciano, capaz de organizar valores e ideologias..."(1994, p. 131, in WANDERLEY, 1997, p. 58). E, ainda, Wanderley, a partir da reflexão, sobre a "exclusão", nos afirma o seguinte: "e ela se transforma efetivamente em Questão Social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais"(1997, p. 57).

A Questão Social envolve uma luta "**aberta**" e "**surda**" pela cidadania, segundo IAMAMOTO, considerou-a como "um processo denso de **conformismo e**

rebeldias, (...) forjado ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais"(2001, a, p.17).

Nesse contexto ganha, cada vez mais sentido o mundo da política como espaço da denúncia assim como a tomada de consciência de uma dada realidade. Ganha atualidade o que um politólogo, do porte de Marco A. NOGUEIRA, propõe em seu "Em defesa da política", aquilo que ele denomina como "a política dos cidadãos".(2001, p. 58 ss), ou ainda quando afirma ser "necessário multiplicar os espaços sociais politicamente qualificados,... repor um protagonismo político com vocação universalizadora..."(1998, p.246), ou mais especificamente "a política precisa prevalecer sobre as tecnicidades institucionais..." (1998, p. 238).

A importância da política na explicitação da Questão Social é um dos aspectos que se percebe como necessário , problematizar melhor, para a compreensão da mesma.

Tratar as "gangrenas sociais" já era intenção dos reformadores sociais do início do século XIX, informa CASTEL, e seja acrescentado, contanto que fora da política, quando a Questão Social ainda estava por ser "explicitada" porque ainda não suficientemente denunciada a contradição que a gera, uma vez que na classe operária, seu principal sujeito estava ainda em formação de "classe em si para classe para si". Vale observar que é, pois, "no seio dessa nebulosa dos reformadores sociais que, primeiramente, se elabora a Questão Social em sua versão do século XIX: questão de reabilitação das classes trabalhadoras 'gangrenadas' pela chaga do pauperismo". É quando se acredita tenha aparecido, pela primeira vez, a expressão Questão Social, "num jornal legitimista, *La Quotienne*, que, no dia 28 de novembro de 1831, acusa o governo que 'seria

necessário enfim compreender que, fora das condições parlamentares da existência de um poder, há uma questão social à qual é preciso responder...' (...). A Questão Social existe 'fora das condições parlamentares do exercício de um poder', isto é, **fora da esfera do político. (...)** Há uma interpelação para que o governo se "debruce" sobre a miséria popular. "Mas a questão social ainda não implica uma recomposição do campo político. Trata-se de amenizar a miséria, não de repensar, a partir dela, 'as condições da existência de um poder'"(CASTEL, 1998, p. 317).¹⁰ Não é estranho a este pensamento que sempre se quis - pois afinal os liberais acreditam no dever moral em relação à pobreza -, e hoje, não é diferente que se queira resolver a referida questão. Porém, nos princípios **mais técnicos que políticos**, transformando-a numa questão de âmbito privado, retirando-a portanto do público. É a razão por estar sempre em alta o discurso e a exigência de que, cada vez mais, se coloque o acento nas modernas técnicas de gestão social, bem como em saídas motivadas pelos valores humanos da filantropia, expressas no voluntariado, e em diferentes formas de solidariedade. Algumas dessas proposições, encontrando-se, também em ROSANVALLON (1998), para citar um dos expoentes que hoje refletem a Questão Social, sobretudo os que a apontam como uma "**nova**" Questão Social.

É uma denúncia que se encontra, também, em YAZBEK - quando faz uma análise da pobreza e da exclusão social como expressão da Questão Social no Brasil-, (2001, p. 33ss). Referente ao atual contexto de um retorno ao discurso "humanitário da filantropia"; a autora recorda com muita pertinência. "Os liberais entendem necessária a filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de

¹⁰ É neste contexto que deve ser lembrada a fórmula de Frédéric Ozanam, velho conhecido de quem se reporta à história do início do Serviço Social como profissão.

assistir aos pobres, **desde que este não se transforme em direito**, ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade". E lembra ela que estamos de volta ao "renascimento dos ideais liberais", e "nesta lógica, além da redução dos recursos para a área social, resultantes dos ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais, sem referência a direitos". Neste sentido, "as seqüelas da 'questão social' expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade de grande parte dos brasileiros, torna-se alvo de **ações solidárias e da filantropia revistada**". (2001, p. 36).

Contribuição importante, vem de Netto, para que se perceba, cada vez melhor, quanto é decisivo, no enfrentamento da Questão Social, o aspecto da denúncia que afinal inscreve a Questão Social na agenda política. "A designação desse pauperismo pela expressão 'questão social' relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos". Segue o autor exemplificando: "Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra". Note-se que, aqui, NETTO fala a partir do contexto da organização e a expressão do "movimento operário". Segue, "Lamentavelmente, evidente, para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como 'Questão Social'" (2001, p. 43).

Alinhada na explicitação da importância do campo político como espaço próprio para explicitar as contradições presentes na Questão Social, está Vera L. TELLES, enquanto constata que nos tempos atuais em que "o determinismo econômico e tecnológico está mais do que nunca revigorado, ganhando espaço até mesmo entre os analistas mais críticos, seria preciso se desvencilhar do fetiche dos modelos e **reativar o sentido político** corporificado em armaduras institucionais nas quais se estabelecem as mediações entre o mundo do trabalho e a cidadania", de forma muito explícita, "sentido político ancorado na temporalidade própria dos conflitos através dos quais os trabalhadores se destacaram e, ao mesmo tempo, dissolveram o mundo indiferenciado da pobreza na qual estavam mergulhados. Constituíram-se como atores coletivos, ganharam a cena pública e disputaram, negociaram, arbitraram os termos de sua participação na vida social"(1996, p. 85).

A Questão Social, portanto, por um lado, é a manifestação do estado de pobreza que se forma no coração mesmo do capitalismo, aqui, especialmente, como "filha da industrialização"; por outro, é a manifestação de um ator político que se organiza, e se torna o sujeito da denúncia a exigir um atendimento mais qualificado para as classes que representam o trabalho.

É interessante que sejam situados no momento que antecede a expressão da questão social clássica, início do século XIX, quando o pobre é considerado alguém que não deu certo no mercado, a pobreza considerada de âmbito privado e o enfoque de responsabilidade recai no indivíduo. Com a expressão da Questão Social há uma inversão de responsabilidades quando o atendimento ao pobre passa a ser de responsabilidade social. "Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, e exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a

legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos"(IAMAMOTO, 2001, a, p. 17). É a inscrição do pauperismo e suas resultantes na agenda política. É no atual cenário de ambiente neoliberal, com a reestruturação produtiva que joga milhares de pobres estruturais para a margem do sistema produtivo, com as conseqüências já conhecidas para todo o tecido social, com a revalorização máxima do mercado e a subtração do Estado no atendimento social que se afirma a tendência de que a pobreza passe novamente para o domínio privado, enquanto se estimula o atendimento pelas ONGs, pelo Terceiro Setor, pelo voluntariado, pela filantropia empresarial e outros. Novamente se está ante uma Questão Social que requer seja ela **re-inscrita** no cenário político, ou seja, é uma questão a ser politizada.

2.2. VENTOS QUE CONDUZEM À QUESTÃO SOCIAL DE HOJE

Para compreender melhor a Questão Social que se coloca hoje, além de situar a derrocada do Welfare State ou nas palavras de MISHRA "a ruptura do consenso"(1993, p. 56) é preciso resgatar alguns componentes que se evidenciam nas últimas décadas e que nos fornecem a base para evidentes preocupações que fazem emergir a Questão Social no final do milênio, a qual deve ser buscada no próprio desenvolvimento do capital na sua presente fase de globalização. É preciso registrar que, com a crise do Welfare State, é a própria contradição do atual sistema que fica novamente mais exposta.

Antes de avançar, entretanto, na compreensão do que estaria em jogo hoje, é preciso situar-se no entorno, no "caldo" que gerou a atual situação: o que significou o Welfare State e sua crise, considerando que nele tentou-se conciliar duas vontades: o capitalismo como forma de produção e a consecução e bem estar geral (DIAZ,1972, p.112).

Na tomada de posição, a partir da década de 1970, com a desintegração do paradigma keynesiano, já se encontrava o que hoje se costuma denominar como **neoliberalismo**. É o renascimento, ou a tentativa de renascimento do liberalismo clássico, que se caracteriza, sobretudo, como uma crítica sistemática à intervenção do Estado no Mercado, bem como uma explícita indisposição para investir no atendimento às questões sociais, que, a partir do final do século XIX e até a primeira metade deste último, parecia estar assegurado como direito. Ela dispensa, outrossim, um tratamento pontual e periférico aos valores liberais como o da Igualdade e o da Justiça Social, constituindo-se num paradoxo para a atual

sociedade que, se por um lado, necessita responder a tais princípios com atendimento social de forma a garantir as conquistas havidas; por outro, acompanha a exigência do capital globalizado¹¹.

Na verdade, o que se discutirá é o confronto que se estabeleceu entre a **igualdade** e a **diferença**, duas categorias que terão importância no decorrer deste trabalho. E, desde logo, para que fique bem caracterizado, veja-se que: "a benemerência '*hors-marché*' (fora do mercado) se ocupará das desigualdades gritantes, pois os liberais sempre continuam acreditando, apesar de tudo, no dever moral da assistência. O limite: será que ele não se transforma em direito para as minorias, para os marginalizados e para os excluídos do sistema" (LAMOUREUX, 1986, p.57, grifo nosso). Em TAYLOR-GOOBY se constata: "os serviços previdenciários estatais, mantidos, devem se direcionar **estritamente aos pobres**, já que podem ser justificados como parte de um programa destinado a aliviar as necessidades extremas através de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida à justiça social ou à igualdade - que possa ser interpretada como um direito dos necessitados" (1991, p.171).

No final do século XIX e início do XX (1880-1910), a sociedade "assiste ao nascimento e à institucionalização de uma nova racionalidade política e jurídica", (EWALD, 1987 p. 372-373), quando "a demarcação liberal das obrigações é

¹¹ Esse período tem seu "reconhecimento público com a atribuição do prêmio Nobel a Hayek e Friedman" (GRAY, 1988, p.75), "os pontífices do Neoliberalismo" (MERQUIOR, 1991, p.189-196). Suas "idéias e propostas" logo passaram a ser "moedas correntes, citadas por figuras como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e largamente distinguidos por amigos e inimigos do liberalismo que lhe reconheciam a real importância da política" (GRAY, 1988, p.75). Embora seja uma fase ainda a se definir mais claramente entre os vários pensadores. O liberalismo não se constitui num bloco homogêneo de teses e idéias cuja fisionomia não é a mesma em todos os tempos e lugares. (cf. MERQUIOR, 1991, p.35).

abolida e o princípio da responsabilidade ¹² é substituído pelo esquema da seguridade como diagrama da regulação social. ...poder-se-ia falar do nascimento de uma sociedade de segurança". A "responsabilidade não desaparece mas se converte no atendimento de "repartição dos riscos"(1987, p.373), é o momento em que "a fonte e o fundamento da responsabilidade se deslocam do indivíduo para a sociedade..."(1987, p.354). EWALD -segundo intérpretes do período-, confirma que "a responsabilidade muda de lugar: já não é a qualidade de um sujeito, mas, sobretudo, a conseqüência de um fato social... Já não há danos cuja perda seja apenas individual. **Todo dano é social**" (EWALD,1987, p.354 grifo nosso). E hoje, novamente, se estimula para que a "repartição dos riscos passa a ser enfrentada pelo princípio da solidariedade" (1987, p.356) ¹³.

É o que retorna hoje com todo vigor quando a pobreza é deixada à própria sorte ou à boa vontade de grupos solidários. ROSANVALLON desenvolve a idéia de uma "sociedade solidária" a fim de fazer frente ao cenário proposto para a Assistência no Neoliberalismo (1984, p.85ss). É ele mesmo quem retoma com algumas nuances em "os novos caminhos da solidariedade"(1998, p 73 ss). Bem distinta, contudo, da concepção afirmada em CHARLES MURRAY, um analista político conservador, que também, dispensa o Estado e sugere a Assistência como uma ajuda comunitária, como forma de realização pessoal (1990, p.41). Tal tomada de consciência dá bem a idéia das diferentes concepções de solidariedade que necessitam ser melhor compreendidas neste início de século.

¹² Princípio da responsabilidade "é um princípio de objetivação e de julgamento de condutas ligadas à posição liberal de direito". Quando "ninguém pode atribuir ao outro o ônus da sua existência, dos golpes do destino ou das infelicidades que venham a sofrer... em outras palavras, cada um é, deve ser, supõe-se que seja responsável por sua sorte, sua vida, seu destino"(EWALD,1987, p. 64)

¹³ As "doutrinas da solidariedade", conforme observação crítica de EWALD, "são hoje conhecidas sob o aspecto envelhecido e empoeirado do solidarismo". Enquanto seria uma "espécie de solução de terceira via entre o liberalismo e o socialismo, umas dessas vãs tentativas de conciliar os contrários, a maneira pela qual a burguesia da "**Belle E'poque**" teria procurado escapar ao perigo operário"(EWALD,1987, p.358).

O certo é que "está fora de cogitação o engajamento social das empresas privadas" como alguns querem afirmar, elas estão "já assoberbadas pela concorrência global. Outras organizações que cuidem dos desempregados" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.12). Espera-se "forte colaboração de fundações beneficentes, dos voluntários de serviços sociais, das comunidades de bairros e agremiações esportivas de toda a espécie..." (1999, p.12).

"A discreta revolução da **Renda Mínima** de inserção" é indicada como "uma espécie híbrida: nem benefício assistencial nem auxílio da seguridade social... representa um novo tipo de direito social, intermediário entre direito e contrato" afirma ROSANVALLON, (1998, p. 131). Sônia M. DRAIBE já detectara que a renda mínima (em geral sua versão em dinheiro) expressa uma dada concepção do papel do Estado, que deveria oferecer tão - somente aos desfavorecidos certo grau de segurança social, a política social pensada de modo **residual**, apenas complementar àquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares e da comunidade (1990 a, p.19-20 cf., também, 1993, p.90).

Acredita-se que tudo está muito próximo de uma outra proposta, a do "Workfare", surgido no meio conservador dos Estados Unidos, em que "aqueles que recebiam assistência pública deveriam em troca, desempenhar algum trabalho"(1998, p.133) que parece retorno aos Work Houses, muito anterior ao Estado do Providência. Não se pode esquecer que neste período os trabalhadores já estão bastante fragilizados enquanto classe, estão sujeitos a cooptações e constante ameaça de desemprego.

São algumas das considerações que evidenciam o que está posto hoje. Há que se configurar a necessidade de um novo contrato que neste início de século se

faz sentir. E já que chegou até aqui, não se pode deixar de inquirir: o que estaria em jogo para que se tenha uma visão tão pessimista para o futuro da seguridade, quando parecia já assegurada e irreversível?

Como, visto anteriormente, sob a crise do Welfare State se radica também a crise do pensamento igualitário e democrático que surgido desde a metade do século XIX, mais especificamente no final, quando a Questão Social era colocada para o conjunto da sociedade.

Em se referindo, ainda, à crise lembram, PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, que "o momento atual, contudo, é o primeiro desde os anos 20 em que os proprietários do capital rejeitam abertamente um compromisso que envolva a influência pública sobre o investimento e a distribuição da renda" (1988, p. 43). Pela primeira vez, em muitas décadas, continuam os autores, "a direita tem um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas a ela pela democracia" (1988, p.43, grifo nosso). É que até aqui, a burguesia sempre se vira obrigada a conviver com um incômodo paradoxo: ainda nem bem se libertara das amarras feudais e já se via às voltas com o controle popular. O que está em jogo na atual "ofensiva da direita não é simplesmente uma questão de impostos, gastos de governo, ou mesmo redistribuição de renda. Os planos para abrandar a tributação de lucros, abolir os controles ambientais, eliminar os programas previdenciários, acabar com o controle do governo sobre a segurança dos produtos e as condições de trabalho, para enfraquecer os sindicatos são muito mais do que uma reorientação da política econômica. Constituem, sim, um projeto para uma nova sociedade, uma nova revolução burguesa" (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p.43). Em se acrescentando algo mais para a compreensão do "novo projeto", tem-se ainda a considerar que "as relações sociais passariam a ter a mesma duração

das relações de mercado, e o papel da autoridade política seria reduzida à defesa do mercado frente às tentativas de qualquer grupo organizado de atores alheios a ele para tentar alterar as alocações determinadas pelo mercado" (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN 1988, p.43). E como as relações "sociais e políticas seriam despolitizadas" as demandas de tais atores seriam despolitizadas, e deixariam de ser ouvidas. Nessa perspectiva, a "tensão entre acumulação e legitimação seria superada: com o campo social e político despolitizado, a democracia representativa será substituída por uma democracia de interesses; a "profusão de lobbies" será uma expressão da negociação dos valores ou interesses, ou, será ainda "cada grupo social dialogando soberanamente" (OLIVEIRA, 1988, p.28), Em outras palavras, "o planejamento econômico do governo seria abandonado. A legitimação seria deixada a cargo de mercado" (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, P.43-44). E como consequência, o governo passou a não dever mais nada a ninguém. Para a seguridade social, o resultado seria fatal, uma vez que, "a renda familiar dependeria tão-somente do valor de mercado do trabalho realizado" e nada mais. E, uma vez demarcados todos os lugares e formas de utilização do fundo público, e "submetidos aos controles institucionais", realmente, então, o Estado "se transformará em Estado mínimo".

A necessidade de um "novo contrato social", que conjugue desenvolvimento econômico e desenvolvimento social a fim de garantir a necessária estabilidade está se inscrevendo na ordem do dia, que também se apresentou como ponto sensível na reunião da "Cúpula Social" de Copenhague, quando nas palavras de abertura, o secretário geral da ONU, BOUTROS GHALI, propôs "a elaboração de um novo 'contrato social' para dar à humanidade razões concretas de esperança" (Jornal G. Mercantil, Cad. Int. p.2, 07 mar. 1995). Pode-se dizer que o sistema de acumulação de

capital cria, contraditoriamente, condições que forcem certa reforma social. Porém, o mesmo sistema sabe muito bem quando reprimir "descontentamentos pela força" e quando alimentá-los com esmolas" (MARX,1981, p.71). A "voracidade não pode ser deixada entregue a si mesma, sem controles públicos, sob pena de transformar-se numa tormenta selvagem na qual sucumbiriam juntos a democracia e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos"(OLIVEIRA, 1988,p.27).

Portanto, não apenas se justifica, senão muito mais se estabelece como uma exigência do próprio sistema: certo atendimento social para que ele não sucumba.

MARX, também, já apontara essa tomada de posição, na medida em que detectara o verdadeiro espírito (ou desfaçatez?) da burguesia, quando a reforma da Constituição de junho de 1848 (França) elimina o direito ao trabalho para inserir nela o direito à Assistência pública. É quando se pergunta: "que estado moderno não alimenta, de um ou de outro modo, os seus pobres?"(Obras Escolhidas, tomo I, s/d, p. 138-139). Já na "Declaração de 1789", ao "introduzir no seio dos direitos naturais o da propriedade, e fazendo da liberdade econômica o princípio mesmo da nova organização social, a burguesia constituinte colocava no coração da sociedade uma nova **contradição que não podia ultrapassar**"(MARX, 1981, p.534, grifo nosso).

BOBBIO aponta para uma "secular oposição existente entre o fundamento absoluto da propriedade privada e a introdução dos Direitos sociais"(1992, p.22) que continua hoje exigindo uma permanente negociação, conforme já se apontou anteriormente. O panorama em jogo é este que encaminha para a Questão Social na atualidade.

A sociedade vivenciou, sim, uma etapa em que, todo o período do Welfare State, acreditava que as questões básicas da proteção social estavam asseguradas. Na afirmação de muitos teóricos esta era a fase do "consenso entre o

setor trabalho e capital". Um consenso de atendimento mínimo do social, mas que com a crise do Welfare State, - enseja uma das características da crise, segundo se expressa ROSAVALLON 1984-, seria o rompimento do contrato do consenso que havia e que, nesta nova fase, um novo contrato far-se-ia necessário. Para outros, foi uma resposta à Questão Social clássica, uma saída que surgiu com a formação do Estado Social, e que através do "compromisso entre o Capital e Trabalho", e seu desdobramento no Welfare State, livrou o capital da crise da superprodução, assim como aos trabalhadores assegurou um mínimo de atendimento social.

Proclamando a Assistência e alguns serviços essenciais como direitos, o sistema atual acomodou por um bom período a contradição da "igualdade burguesa" que fica novamente exposta com a atual crise do Welfare State.

Como o Sistema Capitalista se move de crise em crise, na verdade, estar-se-ia diante de uma nova crise segundo MANDEL, que analisa as "várias conjunções da crise capitalista". Conforme o analista, estar-se-ia diante de "uma profunda crise estrutural da sociedade burguesa", crise essa que põe em relevo a de "todas as relações sociais burguesas e, mais particularmente, a crise das relações de produção capitalista". Isto porque a "credibilidade do sistema capitalista -, no sentido de poder garantir a melhoria permanente do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas -, está fortemente minada em função das reincidências da recessão"(1990, p.22). Aqui é importante lembrar que certamente já não se trata de uma crise que necessita "queimar excedentes" para driblar a crise de baixo tendencial de lucro, uma vez que hoje, parece claro, a economia "planificada" veio para ficar. Já não se produz o que não tem colocação certa no mercado e mesmo quando a produção industrial perdeu em muito de sua

importância para acumulação de capital diante da predominância financeira do capital.

Logo, aos Neoliberais não interessa, como já se viu, que todas "as arenas do Estado" deixem de existir. Há, sobretudo, um "azedume antiestatal" na expressão de LAMOUREUX, quando se trata "do domínio da seguridade social e dos programas sociais"(1986, p58).

Ainda que o "mercado ideal", com que sonha o neoliberalismo, não queira o Estado, no seu "real", o "mercado", não é tão livre e se confronta, segundo nos lembra SANCHEZ VÁSQUEZ, com vários tipos de controles e intervenções, tais como "regras ou normas jurídicas que regulam e protegem a relação mercantil; limitação à concorrência ou contratos impostos por monopólios e multinacionais; restrições no mercado nacional;... limites à tendência generalizante e expansionista do 'mercado livre' quando pretende subtrair os bens públicos", necessários não só à absorção dos excedentes a fim de garantir "paz, tranquilidade social" (1993, p.21-22). Embora na economia o processo de acumulação possa seguir curso livremente, e no campo da proteção social, ao que tudo indica a "era dos direitos" ser suplantada pela "era da solidariedade".¹⁴

A Questão Social, neste início de século, apresenta-se como uma questão urgente a ser definida, compreendida e encaminhada. Uma das implicações presentes na Questão Social refere-se à proteção social, questão que parecia resolvida há décadas. No entanto, ela reapresenta-se e requer respostas urgentes. A Questão Social, hoje, para alguns autores, coloca-se a partir da fragilização da proteção social e no questionamento à intervenção do Estado. É preciso que se

¹⁴ Basicamente esta reflexão, - último item -, foi retomada a partir de nossa dissertação de mestrado, defendido na PUC/SP., em 1994 e publicada no livro *Assistência social entre a ordem e a "des-ordem"*. SP: Cortez, 1999.

registre que ela, sem dúvida, contribui para a Questão Social hoje posta, mas é preciso não perder de vista que algo mais amplo está em jogo: uma nova fase do capital que se rearticula, se recicla, para usar um termo atual, porém, é a partir de mesma lógica e é lá que está inscrita a sua contradição, que agora volta a estar, novamente, bem exposta. Trouxeram-se os elementos, não para dizer que a partir da crise do Welfare State se coloca a Questão Social hoje, senão para lembrar que ele indica aspectos dela, colocados hoje, ou seja pode-se dizer que a crise do Welfare State está para a Questão Social hoje como são os ventos para a próxima chuva.

2.3. QUESTÃO SOCIAL: SUAS MANIFESTAÇÕES HOJE

Situar a Questão Social em suas manifestações é uma tarefa que pretende oferecer alguns elementos que possam iluminar os que se filiam, hoje na proposta de enfrentamento dela apresentando-se no cotidiano, muitas vezes, travestida. Seja como o careciamento de algo ou ausência de atendimentos, por falta de pessoas que o façam ou falta de investimentos. Portanto, coloca-se como exigência no trato da questão, que se pretende revelar, algumas de suas manifestações a fim de que não se distancie do essencial da Questão Social, isto é, situá-la na contradição do desenvolvimento do próprio sistema capitalista, que deslocou as pessoas de seu modo de sobreviver a serviço do capital, ou seja, transformou-as em mercadoria, cujo preço quanto à quantidade de trabalho é definido pelo mercado, tornando-o um pobre em potencial. A Questão Social consiste, portanto na manifestação desse trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento.

Situá-la hoje é detectar as contradições que se manifestam a partir da reestruturação produtiva desde o final do último século e início deste, afirmado na versão da "mundialização financeira, com resultado quase sempre em mais acumulação de capital, e cada vez menos, nações, ou pessoas, privilegiando ainda quem está mais ao centro, onde, enfim, se determina o movimento do próprio capital.

Nesta altura do trabalho, já se está bem convencido de que a expressão da Questão Social apresenta uma "tergiversão conservadora", conforme NETTO (2001,

p. 45).¹⁵ É sabido também que ela se manifesta com novas expressões em diferentes momentos históricos. Tentar "desdobrar" tais manifestações já é uma grande tarefa. "O problema teórico" posto, conforme NETTO, "consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes da exploração". (2001, p. 48).

É uma "questão que se reformula e se redefine"(YAZBEK, 2001, p 33), aspecto que se deve ter presente, "mas permanece **substantivamente a mesma** por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico- social por natureza excludente", é o que nos afirma, com muita clareza, YAZBEK, já avançando para nos situar na Questão Social hoje. É uma "questão que, numa contraditória conjuntura atual, com impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões", dentre as quais se destacam:

1. As transformações das relações de trabalho;
2. A perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados (2001, p. 33-34, grifo nosso).

No atual modo de organizar a produção, em que o trabalho produz a riqueza, contraditoriamente, faz com que o trabalhador seja um pobre em potencial. Que por sua vez se reproduz mais rapidamente do que a necessidade que o sistema tem de seu trabalho. Logo é a própria "modalidade imperante" que produz a pobreza, que é um dos elementos da Questão Social. Compreender a Questão Social hoje é observar as transformações nas próprias relações sociais do trabalho hoje, que se expressam na reestruturação produtiva.

¹⁵ NETTO, 2001, p. 45 na nota número 10, onde justifica o uso de aspas sempre que se refere à questão social.

2.3.1. FRAGILIDADE DO TRABALHO: MANIFESTAÇÃO MAIS SENSÍVEL

Qual será enfim a "sorte" do Trabalho no real de uma sociedade em que "o padrão mundial do futuro seguirá a fórmula 20 por 80" significando que "vinte por cento da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial" (MARTIN e SCHUMANN,1999, p. 12), ou ainda, "um quinto de todos os candidatos a emprego daria conta de produzir todas as mercadorias e prestar todos os serviços qualificados que a sociedade mundial poderá demandar. Assim aqueles 20% participariam ativamente da vida, do lazer e do consumo - seja qual for o país", acrescentam os autores. E a questão vem logo a seguir: "e o resto? Cerca de 80% das pessoas aptas a trabalhar ficarão sem emprego?". E a resposta, para dizer o mínimo, já estria no livro "O fim do Trabalho", * e "os 80% de baixo terão enormes problemas" (1999, p. 12).

Uma farta ilustração estatística, diga-se, a partir dos países centrais, fazem nossos autores concluir que "as explicações dos economistas e políticos para tamanho declínio culminam sempre em uma palavra: **globalização**. Alta tecnologia nas telecomunicações, preços baixos no transporte e comércio livre sem limites convertem o mundo inteiro num único mercado, insiste a tese mais difundida" (1999, p. 13). Diante disso só se pode concordar com os autores, quando afirmam que para milhões de pessoas o lema do Encontro de cúpula do G-7, em fins de junho de 1996, em *Lyon*, adverte: "Fazer da globalização um sucesso que beneficie a todos", soa como um escárnio (1999, p. 19).

Por outro lado, há também o reconhecimento de que "nosso planeta encontra-se sob pressão de duas forças colossais, justapostas: a globalização e a desintegração, (BOUTROS-GHALI da ONU, cf. MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 46).

Ou então, "chegamos à encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza, para a maioria da humanidade, por um cotidiano de não ascensão e bem-estar, mas de decadência, destruição ecológica e degeneração cultural"(1999, p.47). Também a afirmação de que a "globalização converte-se em cilada da democracia" está se comprovando quando a flutuação do capital faz com que se injetem, da noite para o dia, bilhões nos fundos sem a participação dos governos, muito menos dos parlamentos dos países envolvidos, como procedeu Michel Camdessus do FMI na última crise do México, com a justificativa de evitar mais uma crise. É o imperativo da economia transnacional que torna toda a política impotente e os Estados democráticos perdem sua legitimação. "Nas bolsas e nos escritórios dos bancos e seguradoras, nos fundos de investimentos e de pensões, um **novo tipo de classe política** chegou ao palco de um poder avassalador, do qual nenhum governo, nenhuma empresa e, muito menos, nenhum cidadão e contribuinte normal poderá se esquivar" é a ditadura do "**mercado financeiro internacional**" (1999, p.68-69), grifo nosso), quando as "praças financeiras" vêm substituir os Estados, é outro aspecto, a que se expõe a democracia, refere-se à "corrida mundial por máxima eficiência e mínimos salários, abrindo as portas do poder à irracionalidade. Não são os realmente miseráveis que se rebelam. Uma política tremendamente explosiva provém do medo do rebaixamento social, que agora se manifesta. Não é a pobreza que ameaça a democracia, mas sim o pavor dela"(1999, p.21).

* Do autor americano Jaremy Rifkin .

A crise da década de 70 e 80 rompe com o compromisso do Welfare State que, por um período, garantiu certa "paz entre as classes", a partir de políticas compensatórias, colocadas no centro da crise, segundo a tese dos neoliberais, a supervalorização do trabalho.

"Para fazer frente a ela o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva" (DIAS, in BRAGA, 1997, p. 289). Tal crise recoloca a questão dos direitos sociais, que têm, como conseqüência, a transformação das relações de trabalho, causando perdas nos padrões da proteção social e maior vulnerabilidade em geral para os setores da sociedade. "O Estado, que sempre foi um instrumento de construção das condições do desenvolvimento máximo da classe capitalista é, agora, apontado como responsável de todas as crises" . É apontado, ainda, como cerceador das liberdades individuais como também do mercado. "É preciso, pois, restaurar o mercado como fonte última e única de qualquer sociabilidade possível" (DIAS, in BRAGA, 1997, p. 289- 290) é o que afirma para o momento, numa óbvia perspectiva do capital.

A problemática do período, ligada à fragilização do trabalho e sua vulnerabilidade manifesta no desemprego, também apontada por CASTEL, quando afirma: "o abalo que afeta a sociedade no início dos anos 70 manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego "(1998, p. 513). Ele aponta para um desemprego de "12% da população ativa", no período. Contudo, "o desemprego é apenas a manifestação mais visível de transformação profunda da conjuntura do emprego". O autor segue mais enfático. "A **precarização** do trabalho constitui-lhe outra característica, menos espetacular, porém ainda **mais importante**, sem dúvida. O trabalho por tempo indeterminado está em vias de perder sua hegemonia"(CASTEL, 1998, p. 514, grifo nosso). O

emprego estável, já dizia SINGER, " só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades"(1996, p.9). Diria que este mesmo núcleo só estará "estável", enquanto se lhe qualificam os substitutos, normalmente com salários mais baixos, e, ainda, ao redor desse "núcleo de estáveis", "gravitam temporários" que dificilmente se organizam em sindicatos, além de existir pouca e muito frágil solidariedade entre ambos.

O processo tido como "irreversível" é "a própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada", diz CASTEL, enquanto aponta para uma pesquisa, que prevê, "para os anos futuros, uma proporção de 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos; 25% de trabalhadores 'periféricos', subcontratados, subqualificados, mal-pagos e mal-protegidos; 50% de desempregados ou de trabalhadores marginais entregues aos empregos ocasionais e aos pequenos trabalhos"(1998, p. 516-517).¹⁶

Características mais conhecidas do "novo mundo de trabalho" neste final de século:

desemprego crescente, com desregulação do mercado de trabalho e aumento da incerteza; aumento das mulheres na PEA; aumento dos trabalhadores em tempo parcial, com contratos de trabalho não-padronizados e/ou precários; queda da taxa de sindicalização e/ou não reconhecimento dos sindicatos; expansão do individualismo e declínio da ética da ação coletiva; desemprego juvenil crescente, informalidade e economia subterrânea marginal. (MENELEU NETO, 1998, p. 88-89).

É o que se configura como sendo a manifestação mais sensível da atual Questão Social.

¹⁶ André Gorz, cita um estudo de um instituto de pesquisa alemão em *Les métamorphoses du travail, Paris, Galilée, 1988, p. 90*, conforme CASTEL, (1998, p. 516)

A **Flexibilização** no processo da produção passa a ser a ordem cotidiana no mundo do trabalho, "que implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho"(IANNI, 1999, p. 19).¹⁷

Em processo está "a 'revolução' microeletrônica, envolvendo novas formas de automação robótica. Multiplicam-se as possibilidades de racionalização do processo produtivo. Criam-se novas especializações e alteram-se as condições de articulação entre as forças produtivas, bem como do trabalho intelectual e manual. O operário, o técnico e o engenheiro são postos em novas relações recíprocas e contínuas, diversificadas e inovadoras, no âmbito do processo produtivo"(1999, p. 20-21). Observa-se que "a flexibilização não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual, exige, entretanto, que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda" . É uma "gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados, que se tornaram imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação"(CASTEL,1998, p. 517). Faz parte do que ficou amplamente configurado sob a genérica expressão da terceirização na produção, como também, para os serviços, o setor que mais visivelmente cresceu no período, o que é considerado como "flexibilidade externa".

Treinar o pessoal para a polivalência para que possa enfrentar a exigência de novas situações, é a "flexibilidade interna"(1998, p. 517). Quanto à flexibilização

¹⁷ A **acumulação flexível** "é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processo de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre as regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no

externa, "o cuidado de assumir a flutuação do mercado é confiado a empresas-satélites", resultando na subcontratação por terceirização. E tudo pode ser feito "à custa de uma grande precariedade das condições de trabalho e de muitos riscos de desemprego".

No caso da flexibilização interna, "a empresa se responsabiliza pela adaptação do pessoal às mudanças tecnológicas" (1998, p. 517-518). Com a eliminação óbvia daqueles que não alcançam a excelência exigida, funciona como uma seleção permanente; resultando que se "invalidam 'trabalhadores que estão envelhecendo'" e os jovens "condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro" (1998, 519-520), o que normalmente desemboca na ilusão de "que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade" (1998, p. 521). Quer-se acreditar que a "elevação nível de formação continua sendo um objetivo social". Contudo este "imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível **não-empregabilidade** dos qualificados" nos alerta CASTEL(1998, p. 521).

Aqui é imperativo registrar uma reflexão importante para fazer frente ao que, muitas vezes, hoje se afirma sobre "empresas solidárias". - "Não se poderia pedir aos empregadores para 'fazer social'" - quando o fizeram, diz o autor, "no caso da filantropia patronal do século XIX, foi no sentido exato e limitado da defesa dos interesses da empresa". Registre-se. "A empresa expressa a lógica do mercado, da economia, ..." (1998, p.522-523).

Ao acompanhar tais reflexões chega-se a verificar que "o problema atual não é apenas o da constituição de uma 'periferia precária, senão e também o da

emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos". (HARVEY, 1992, in IANNI, 1999, p. 19-20).

desestabilização dos estáveis ", afirma CASTEL (1998, p.526) . O processo da precarização do emprego já se dá há algum tempo o que trouxe de volta o crescimento da vulnerabilidade de massa. Conclusivo, o interlocutor situa "a nova questão social"; comparando-a "assim como o pauperismo do século XIX, inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização; também, a **precarização do trabalho** é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há uma razão para levantar uma '**nova questão social** que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX"(1998, p. 526-527, grifo nosso). Importa dizer que é a **mesma** Questão Social, suscitada pela pauperismo da primeira metade do século XIX, que hoje tem **novas manifestações**, aqui destacadas, pelo autor em questão, por tratar-se de uma questão intrínseca ao sistema, que neste final de século, além de produzir "os inúteis", "os supranumerários", dada a uma maior flexibilização e profundas mudanças tecnológicas na produção, **desestabiliza os estáveis** e isto numa dimensão hoje globalizada.

Partindo da compreensão supracitada três pontos se cristalizam: a **desestabilização dos estáveis**, a **instalação na precariedade**, a manifestação de um **déficit de lugares**, que levam a uma categoria que já se acreditava desaparecida: a dos "**inúteis para o mundo**"(...) "que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Ocupam eles uma posição de "**supranumerários**", (CASTEL,1998, p.527-530), ou "os '**sobrantes**' ". Segue CASTEL: "poder-se-ia dizer que os que estou denominando "sobrantes" não são explorados", porque "estão lá como inúteis, inúteis ao mundo como se costumava falar dos **vagabundos** nas sociedades pré-industriais", no sentido de que não encontram um lugar na

sociedade, com um mínimo de estabilidade"(CASTEL, 1997, p. 181). Foram invalidados por uma nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos, porquanto há vinte anos, por exemplo, lembra CASTEL, essas pessoas "teriam sido integrados aos circuitos produtivos, e hoje elas estão quase como fracassadas, fato que nos faz compreender como um **fenômeno massivo como o desemprego (...)** não deu lugar a movimentos reivindicativos de certa amplitude". Conclui o autor que é "possível compreendê-lo, pois são indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social" (1997, p. 181).

Embora os **supranumerários** na atual sociedade estivessem sendo considerados socialmente inúteis, - considerando que o movimento operário que protagonizou a questão social na metade do século XIX, "tinha seus militantes e seus aparelhos, e era portador de um projeto de futuro, era o principal produtor da riqueza social na sociedade industrial" -, enquanto os supranumerários de hoje não apresentam nenhuma dessas condições". Justifica-se o que já se expressou, que na atual Questão Social há ainda um elemento em construção.

No entanto, e considerando que, também, o pauperismo do século XIX se tornou Questão Social e "teve que ser claramente enfrentada, porque constituía a questão da sociedade inteira, que corria o risco da 'gangrena' e da desestabilização, por um efeito bumerangue de sua periferia sobre seu coração" (1998, p. 567-568).

Da mesma forma, avalia o autor, a situação do excluído de hoje. Há que considerar o conjunto da sociedade, senão veja-se que "o mesmo ocorre hoje com a 'exclusão' e por isso é necessário manejar o termo com infinitas precauções". É insistido que "a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade, tomada como um todo. Não há

ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições, cujas relações com o centro são mais ou menos distendidas..."(1998, p.568-569), razão por que há de se considerar uma interdependência entre os empregados de hoje, que podem amanhã estar desempregados. Existe "circulação entre a zona da vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornaram precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados". Há que se lembrar que "os 'excluídos' são, na maioria das vezes, vulneráveis estavam 'por um fio' e caíram". É na "desestabilização dos estáveis", que se encontram "desfiliados", "desligados"(1998, p.569), e na precarização do trabalho, o "desmoronamento da sociedade salarial" o desmonte do trabalho protegido; estaria aí o "cerne da questão social hoje"(1998, p.609). Noutro texto CASTEL afirma: "a nova questão social hoje parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem do sistema de proteção e garantias, que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente pela ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito"(1997, p. 165-166).

Apona para a necessidade de um projeto futuro e considerar a sociedade como um conjunto refere-se ao elemento político um dos elementos centrais da Questão Social. Isto exige uma disposição totalmente nova de sociedade, porque é qualitativamente outra a concepção de proteção social para todos, independente de sua filiação ao trabalho. Só assim poder-se-ia falar em proteção social que se universaliza. É o elemento político, a organização em torno de um projeto que é capaz de **reinscrever** o "supranumerário" no lugar onde efetivamente conta.

Compartilha-se da necessidade de reformas políticas de forma que se alcance "universalização e democratização da vida partidária"(NOGUEIRA, 1998, p 238). Isto dependeria, não de uma sofisticada engenharia institucional", mas "depende de **projetos** e perspectivas que sinalizem o futuro, agreguem interesses e utopias, referenciem a cidadania". Seguindo nessa linha de pensamento, poder-se-ia afirmar, "depende de **atores** que se capacitem para dar materialidade a projetos, articular os fragmentos da sociedade civil e tornar inteligível o processo político"(1998, p. 238). Vê-se assim confirmada uma idéia já esboçada anteriormente, de que "a política precisa prevalecer sobre as tecnicidades institucionais..." (1998, p. 238).

É ainda o aspecto político que permite compreender, que mesmo excluído do trabalho, faz parte do conjunto da sociedade e como tal deve ser protegido. É evidente que isto requer uma mudança de concepção política, e diria, também cultural, num sistema onde só conta quem participa da cadeia de produção(produção, circulação , consumo), numa sociedade que por gerações, vem sendo influenciada com a máxima: "quem não trabalha, que não coma". Como consequência quando muito, permite aos "desfiliado" do trabalho que se inscreva na fila da esmola.

Analisando a Questão Social na América Latina , WANDERLEY, amplia a reflexão, ao referir-se à pobreza e à exclusão social, uma expressão da questão social, ligada ao "processo de concentração de riquezas de poder nas minorias ricas e de aumento dos pobres", fala da Questão Social de "longa duração, calcada na desigualdade e injustiça estruturais que não foram superadas pelos processos de emancipação do século XIX e de modernização do século XX. Desafio maior, um repto para todos nós"(1997, p. 124-126), passa a referir-se a "um fenômeno de

outra natureza que se sobressai - com dimensões mundiais, porque atinge tanto países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos- é da **flexibilização e precarização do trabalho**, pelo qual os indivíduos são considerados como não-úteis ao processo de produção e, não-necessários" (1997, p.127), fenômeno conceituado por alguns de "exclusão social" . E " a partir dessa exclusão vem se fortalecendo o fenômeno de "**apartheid**" **social** entre países e dentro de cada país"(1997, p.127). Isto posto, dentre "as desigualdades e injustiças sociais vigentes" (...), "há uma questão social ampla, histórica e estrutural, insolúvel na sua totalidade nos marcos da formação econômica capitalista realmente existente"(1997, p.131).

Assim como um

processo de amplas proporções que expressa a globalização do capitalismo, expressa também a globalização da Questão Social. É claro que os problemas sociais continuam e continuarão a manifestar-se em formas locais, provincianas, nacionais e regionais, todavia, já é evidente que se manifestam em escala mundial. A dinâmica da nova divisão internacional do trabalho, compreendendo a dinâmica das forças produtivas e a universalização das instituições, que sintetizam as relações capitalistas de produção, têm recriado diferentes aspectos da questão social (IANNI, 1999, p.26-27).

Algumas notas mais evidentes dela, presentes na sociedade global: "desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de **subclasse** ; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migração de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenófobos, racistas fundamentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de 'pobreza', 'miséria' e 'fome' "(IANNI, 1999, p. 27), podendo manifestar-se com aspectos diversos em lugares diferentes, no entanto, em todos os casos, "está presente o elemento básico da questão social, envolvida na dissociação entre trabalho e produto de trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação"(1999, p.27).¹⁸

¹⁸ São algumas características da **subclasse**. "minorias raciais, desemprego por longo tempo, falta de especialização e treinamento profissionais, longa dependência do assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de ética no trabalho, droga, alcoolismo. (HEILER, 1991, in IANNI, 1999, p. 31).No Brasil, conforme último censo, mulher é responsável por uma em cada quatro moradias, ou seja por 24,9%. (Jornal Folha SP. 20 dez. 2001 p.4).

São fracionamentos e diferentes aspectos da manifestação de uma mesma Questão Social que necessita ser compreendida hoje, também globalmente. Esses fracionamentos dificultam ainda mais, a aliança dos diversos setores para que se possa constituir num sujeito coletivo, com projeto próprio, uma vez que a partir da organização do trabalhador, enquanto classe, organizado em seus partidos e especialmente nos sindicatos se constituiu num dos principais sujeitos na expressão da Questão Social no final do século XIX, se encontra fragilizado hoje. A fragilização sindical é outro aspecto que se deve apontar hoje na manifestação da Questão Social, como uma consequência lógica da precarização do trabalho. A informação de que a grande maioria, embora apoie não participa de sindicatos, apenas 35% do trabalhadores com carteira registrada é sindicalizada (Jornal Folha de São Paulo, 2002, p. 7), confirma esta fragilização. O Brasil, referindo-se aos direitos trabalhistas é considerado "o país dos direitos de papel", uma vez que a maioria dos brasileiros não usufruem dos direitos sociais previstos em lei, afirma também que "a maioria se encontra na pré-história da CLT" tal é o descomprometimento das leis trabalhistas em nosso país (Jornal Folha São Paulo, 2002, p.1-3)

2.3.1.1. DESFILIAÇÃO DO SINDICALISMO E NECESSIDADE DE NOVO PROTAGONISTA

Com o desemprego resultante da reestruturação do trabalho, a fragilização dos estáveis, como uma das manifestações da Questão Social, ela se torna especialmente aguda, com a fragilização da organização dos trabalhadores em sindicatos, uma de suas organizações mais expressivas, desde a expressão da Questão Social do século XIX, quando a classe operária, organizada em sindicatos e partidos políticos, exerceu o protagonismo.

O primeiro sinal de desmoronamento, na atual conjuntura, se deu no governo Thatcher, com tratamento "elegante", (que lhe é peculiar), que lhe rendeu o codinome de "Dama de Ferro", estilo político, que ela não deixou de aplicar ao sindicato dos carvoeiros, o mais famoso da Inglaterra, entre 1984-1985, que com uma greve de 50 semanas, ela simplesmente aniquilou. ¹⁹

Uma das principais características da crise do sindicalismo, ao menos nos "EUA e Europa Ocidental , berço histórico do sindicalismo clássico", é a "dessindicalização de massa, o que caracteriza um virtual processo de decomposição da prática sindical no interior do mundo do trabalho nesses países", como também leva os sindicatos e o sindicalismo, à incapacidade de reagir, "na perspectiva de classe, à nova ofensiva do capital, que promove transformações sócio-políticas da maior relevância, no limiar do século XXI" (ALVES, 1998, p.123).

¹⁹ Uma vez que o fato resultou na demissão de 20 000 pessoas, permitiu ao governo Thatcher iniciar o programa de privatizações das empresas estatais e reforma geral da economia inglesa. É quando o número de sindicalizados de 13 milhões caiu para 8 milhões, um declínio de 38% (PAIVA e FERNANDES, 1996, p. 75). Note-se ainda que as grandes mudanças ocorridas na economia quase sempre são precedidas por grandes enfrentamentos entre sindicatos, empresas e governo. No Brasil a "queda de braço" se deu em 1985 e 1986 , com os petroleiros.

Uma observação sobre o sindicalismo da América Latina, além da característica da crise, se acrescenta "a desestruturação do mundo do trabalho, marcada pela informalização da força de trabalho, redução do emprego fabril e do emprego público, precariedade das condições de trabalho e o fortalecimento do trabalho em domicílio" (ZAPATA, in ALVES, 1998, p.128).

No Brasil, a década de 80 foi marcada pela abertura política, em que "o sindicalismo de classe" foi considerado "um dos principais atores sociais da luta pela democratização da sociedade brasileira na década oitenta", considerada uma década de resistências. "A vitalidade da sociedade civil, da explosão do sindicalismo, caracterizou uma resistência organizada à ofensiva neoliberal que avassalava os países capitalistas desenvolvidos e alguns países capitalistas periféricos". Porém, a desestruturação do mundo do trabalho, "que transcende fronteiras nacionais e é resultado do complexo de transformações produtivas, promovendo o desemprego estrutural e a precariedade do trabalho assalariado, alcançou o país, embora "tardiamente", em sua forma mais aberta, na década de 90. Com a eleição de Collor que, ao adotar políticas deflacionárias, "conduziu o país a uma das maiores recessões da história econômica. O Plano Real já em 1994, do governo FHC, "obtem sucesso nos objetivos deflacionários, mas é embasado numa política monetária restrita e numa abertura comercial que, em linhas gerais, dá continuidade à política neoliberal de Collor", ousa-se afirmar que ele aprofundou substantivamente esta política, uma vez que "o novo cenário de abertura comercial, da nova inserção internacional do Brasil, com o incremento da concorrência, contribuiu para integração virtual do país à onda de transformações produtivas do capitalismo mundial". De forma que as empresas privadas, pressionadas pelos "choques recessivos", foram levadas "a promover profundas reestruturações

produtivas não apenas de **caráter defensivo**, visando enfrentar a recessão, mas de caráter ofensivo, voltadas para o novo cenário da concorrência acirrada". Inteiramente voltadas para os mercados de exportação "ocorre uma verdadeira onda de Programas de Qualidade Total", visando à "obtenção da série ISO 9 000" ou ainda "Reengenharia, e Terceirização", que "tendem a precarizar e 'enxugar' empregos, reduzir salários e incrementar produtividade do trabalho, seja nas indústrias de ponta seja nos serviços". (1998, p.129-133)

A entrada "hipertardia" do Brasil no mercado mundial conferiu algumas características particulares, mais alinhado com o modelo japonês, que não é de antagonismos de conflitos, e de negociação, "senão de cooperação (...) o que representa o incremento da manipulação e do controle do trabalho, nas condições particulares do capitalismo tardio no Brasil, onde os métodos e técnicas japonesas, que tendem a se difundir mais na década de noventa, não implicam mudanças profundas nas relações de poder nos locais de trabalho, e sim um controle real do processo pelos trabalhadores diretos: (ALVES, 1998, p.142).

Dada a crise que se instalou no sindicalismo, na reestruturação do capital, caracterizada, principalmente, "por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais, ALVES afirma "o predomínio do denominado **sindicalismo neocorporativista de participação**", como resultado "político-ideológico da crise do mundo de trabalho" (1998, p 159), que se caracteriza por "um defensivismo de novo tipo, uma política sindical de pacto social, de parceria com o capital...". (1998, 159- 160), o que levará, por sua vez, a ter muita dificuldade a fim de "contribuir para a constituição de um projeto hegemônico do trabalho...". A característica

"neocorporativista", de caráter "meramente propositivo" pode, facilmente, converter-se em "presa desta contradição perversa, perdendo, por conseguinte, o horizonte político-ideológico de superação da lógica do capital"(1998, p. 161).

De forma explícita, o nosso interlocutor, que neste momento poderia se multiplicar em muitos, dada a vasta bibliografia que hoje aponta para tal preocupação, com o movimento sindical, assim se expressa: "Deste modo, ele (sindicalismo) perde, ou enfraquece, a importante função histórica de ser, juntamente com os partidos socialistas e os novos movimentos sociais, um agente social no processo de constituição de uma **nova sociabilidade**, capaz de ir além da lógica mercantil, capaz de **criar obstáculos efetivos** à barbárie societária posta pelo capital"(ALVES, 1998, p. 161).

É nesta direção que se manifesta algo novo em relação à atual Questão Social e que parece conduzir para buscar saber de onde vêm as vozes e as manifestações de novos sujeitos capazes de ampliar os espaços no fortalecimento do protagonismo de inscrever a Questão Social na agenda política da atual conjuntura.